



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 074/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00068 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento acerca qual o amparo legal para que 15 solicitações de acesso à informação sejam tratadas como abuso de direito de acesso à informação. Recurso não conhecido.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 074/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, mesmo não sendo objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de Acesso à Informação (LAI), o órgão informou que *"as informações solicitadas constam do processo CEETEPS-EXP- 2022/32510, que culminou na emissão do Parecer CJ /CEETEPS nº 222/2022, que segue novamente em anexo."* Em recurso o ente ratificou a manifestação anterior. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente prestou esclarecimentos complementares e encaminhou documentos adicionais. Cientificada, a solicitante não mais se manifestou.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que a Autarquia indicou as razões de direito para a recusa total do pedido de informações formulado pela requerente, com fundamento em parecer jurídico emitido pela Consultoria Jurídica da entidade.
5. Oportuno ressaltar que a Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União (CGU), no sentido de que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato."* (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
6. Note-se que os questionamentos que requerem manifestação do órgão, como é o caso, fogem ao escopo da citada Lei federal nº 12.527/2011, não configurando, portanto, pedidos de acesso a informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

7. Assim, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015 e alterações posteriores.
8. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público